



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO**  
**REITORIA**  
**UASG 158151**

## 1 DO OBJETO

**1.1** A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) por intermédio do Instituto Federal do Espírito Santo busca a aquisição de **EQUIPAMENTOS** para a montagem de espaços “Maker” nos Institutos Federais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. ESTIMADO
1	<p><b>IMPRESSORA 3D DE PEQUENO PORTE</b></p> <p>Impressora entregue totalmente montada; Espessura de camada (Resolução): 0,1 mm – 0,4mm; Resolução mínima: <math>\pm 0.10 \sim 0.20</math>mm; Material do Filamento de Impressão: PLA (Poliácido Láctico) – Plástico biodegradável; Diâmetro do filamento: 1,75 mm; Diâmetro do bico extrusor: 0,4 mm; Tecnologia: FFF (Fabricação por filamento fundido) Prototipagem 3D com deposição de material extrudado; Cabeça da impressão: Extrusor único; mesa com deslocamento ou elevação; Área de impressão mínima: 10x14x12 cm (Largura Profundidade Altura x,y,z); Conectividade: Porta e cabo USB; Alimentação 110/220v; Alimentação bivolt 110/220V. Estrutura em alumínio anodizado.</p> <p><b>Garantia mínima: 12 meses.</b></p> <p><b>Referência:</b> 3DLab modelo Ender 3 V2, Anycubic I3 Megas S, Bigtreetech Modelo Biqu B1, Two Trees Bluer - V2 ou equivalente.</p>	UNID.	1130	R\$ 3.585,00
2	<p><b>IMPRESSORA 3D DE MÉDIO PORTE</b></p> <p>Gabinete fechado sendo parte integrante da estrutura do equipamento; Módulo de LCD integrado; Nivelamento automático da base ou base com elevação; Entrada para cartão de memória; Sensor de detecção de final de filamento; Extrusora única; Mesa Aquecida; área de impressão mínima: 200 x 200 x 200 mm; Filamento de 1.75mm; Velocidade de impressão até 150 mm/s; Conexão com computador através de interface USB; Materiais de impressão: ABS, PLA, e PETG; Espessura de camada(resolução): 0,01-0,4mm. Resolução ajustável de 0,05 mm a 0,3 mm. Alimentação bivolt 110/220V; Manual em português do Brasil; CD com software de instalação ou mídia digital no site do fabricante.</p>	UNID.	339	R\$ 6.950,00

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

REITORIA

**UASG 158151**

	<b>Garantia mínima: 12 meses.</b> <b>Referência:</b> Sethi 3D FARM, Ultimaker S3, GTMax3D Core A2v2 ou equivalente.			
3	<b>IMPRESSORA 3D DE GRANDE PORTE</b> Gabinete fechado. Módulo de LCD Touch Screen integrado. Nivelamento automático da base ou base com elevação. Entrada para cartão de memória. Sensor de detecção de final de filamento. Formato de arquivos: STL, OBJ. Mesa Aquecida. Área de impressão mínima: 300 x 240 x 300 mm (x, y, z). Cabeças de impressão: 0,2 - 0,4 - 0,6 - 0,8 - 1,0 mm. Filamento de 1.75mm. Temperatura máxima do hotend não inferior a 300 graus C. Velocidade de impressão até 150 mm/s. Conexão com computador através de interfaces: Wi-Fi, Ethernet e USB. Relação mínima de materiais de impressão suportados: PLA, ABS, PETG, FLEX, HIPS, PVA. Alimentação bivolt 110/220V. Manual em português do Brasil. Deve acompanhar CD com software de instalação. Conformidade regulatória RoHS e FCC. <b>Garantia mínima: 12 meses.</b> <b>Referência:</b> Ultimaker S5 PRO, GTMax3D Core H5 ou equivalente.	UNID.	113	R\$ 12.495,00
4	<b>CNC LASER</b> Tubo laser CO2 de vidro selado; Alimentação: 110/220v; Velocidade mínima de gravação: 400 mm/s; Laser: 150W; Chiller CW 5000; Recorte: acrílico até 18 mm e MDF até 12 mm / Compensado leve 12 mm couro, tecido, papéis e espuma; Gravação: Acrílico, madeira, couro, vidro, pedras, aço (com aplicação de RLMark); Pannel de controle digital DSP em Português BR acessível por pendrive, cabo USB e Ethernet. Área de corte mínima de 1200x800mm, bomba de ar (mínimo 80W - mesma tensão de operação da máquina), exaustor de fumaça (mínimo 550W - mesma tensão de operação da máquina) com duto flexível. <b>Garantia mínima: 12 meses.</b> <b>Referência:</b> ECNC - Modelo L-1210; Gouldlaser - Modelo MDB-1390; Alca Máquinas - moldeio 1400x1000mm OU EQUIVALENTE.	UNID.	113	R\$ 45.844,00

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

REITORIA

**UASG 158151**

5	<b>CANETA 3D</b> Compatível com filamentos ABS e PLA; Temperatura de trabalho entre 150 e 240 graus celsius (Ajustavel). Filamento com diâmetro de 1.75mm; Bivolt. <b>Garantia mínima: 3 meses.</b> <b>Referência:</b> SCRIB3D P1, GA158 Multilaser, Kkmoon-1, MAXBROTHERS, FACILTEC ou equivalente.	UNID.	2260	R\$ 378,00
6	<b>PLOTTER CORTE VINIL</b> Conexão Wi-fi e USB. Funciona sem Computador. Função meio corte. Corta materiais de até 3mm de espessura. 1303 Desenhos embutidos com 17 fontes. Tela Touchscreen colorido de 5". Scanner de 600 dpi com área de digitalização de 60cm. Aceita folhas adesivas para corte de 30cm (L) x 30cm (C) e 30cm (L) x 60cm ©. Tecnologia do sensor de lâmina, detecta a espessura do material automaticamente. Memória da Máquina de Corte: 1,5 MB. Porta USB para Mídia. Velocidade de Corte Ajustável: Seleção manual na máquina. Capacidade de Leitura de Objetos: Nº máximo de padrões 600. Tensão: 110 ou 220V dependendo da região. <b>Garantia mínima: 12 meses.</b> <b>Referência:</b> BROTHER - SCANNCUT SDX225	UNID.	113	R\$ 3.528,00
7*	<b>CNC LASER</b> Tubo laser CO2 de vidro selado; Alimentação: 110/220v; Velocidade mínima de gravação: 400 mm/s; Laser: 150W; Chiller CW 5000; Recorte: acrílico até 18 mm e MDF até 12 mm / Compensado leve 12 mm couro, tecido, papéis e espuma; Gravação: Acrílico, madeira, couro, vidro, pedras, aço (com aplicação de RLMark); Painel de controle digital DSP em Português BR acessível por pendrive, cabo USB e Ethernet. Área de corte mínima de 1200x800mm, bomba de ar (mínimo 80W - mesma tensão de operação da máquina), exaustor de fumaça (mínimo 550W - mesma tensão de operação da máquina) com duto flexível. <b>Garantia mínima: 12 meses.</b> <b>Referência:</b> ECNC - Modelo L-1210; Gouldlaser - Modelo MDB-1390; Alca Máquinas - molde 1400x1000mm OU EQUIVALENTE. <b>*ITEM EXCLUSIVO PARA ME EPP</b>	UNID.	01	R\$ 45.844,00



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO**  
**REITORIA**  
**UASG 158151**

**1.2** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

**1.3** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**1.4** Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

**1.5** Trata-se de um **REGISTRO DE PREÇOS**, portanto, os quantitativos previstos neste termo de referência são apenas **estimados, não trazendo obrigatoriedade de contratação**.

## **2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** Necessidade de aquisição de equipamentos para a implantação de Espaços Makers junto aos Institutos Federais. A implantação dos laboratórios Maker nos IFs é uma iniciativa da SETEC/MEC.

**2.2** O Instituto Federal do Espírito Santo está dando suporte técnico e administrativo à SETEC na condução dos processos licitatórios.

**2.3** A criação dos Espaços maker proporcionarão uma diversidade de possibilidades de aprendizagem, como a criação de objetos enriquecidos por tecnologia. Possibilitará tornar o aluno fluente em diferentes técnicas construtivas, facilitando o trabalho colaborativo, expondo o aluno a tomar decisões e a escolher e aumentando o engajamento dos estudantes. O resgate pelo gosto em aprender e estar na escola é talvez o maior ganho não mensurável que o maker pode proporcionar à educação.

## **3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**3.1** O objeto constante neste Termo de Referência, trata-se de **bem comum** a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com fulcro no art. 4º-G da Lei nº 13.979/20.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO**  
**REITORIA**  
**UASG 158151**

#### 4 LOCAIS DE ENTREGA

**4.1** As entregas deverão ser realizadas no endereço da Reitoria das seguintes instituições:

ITEM	01	02	03	04	05	06	07
	Impressora 3D pequeno porte	Impressora 3D médio porte	Impressora 3D grande porte	Máquina CNC Laser	Caneta 3D	Máquina de corte em vinil	Máquina CNC Laser
CEFET/MG	30	9	3	3	60	3	
CEFET/RJ	10	3	1	1	20	1	
IFAC	30	9	3	3	60	3	
IFAL	30	9	3	3	60	3	
IFAM	30	9	3	3	60	3	
IFAP	30	9	3	3	60	3	
IFB	30	9	3	3	60	3	
IFBA	30	9	3	3	60	3	
IFC	30	9	3	3	60	3	
IFCE	30	9	3	3	60	3	
IFES	30	9	3	3	60	3	1
IFF	30	9	3	3	60	3	
IFFAR	30	9	3	3	60	3	
IFG	30	9	3	3	60	3	
IF GOIANO	30	9	3	3	60	3	
IFMA	30	9	3	3	60	3	
IFMG	30	9	3	3	60	3	
IFMS	20	6	2	2	40	2	
IFMT	30	9	3	3	60	3	
IFNMG	30	9	3	3	60	3	
IFPA	30	9	3	3	60	3	
IFPB	30	9	3	3	60	3	
IFPE	30	9	3	3	60	3	
IFPI	30	9	3	3	60	3	
IFPR	30	9	3	3	60	3	
IFRJ	30	9	3	3	60	3	
IFRN	30	9	3	3	60	3	
IFRO	30	9	3	3	60	3	



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO**  
**REITORIA**  
**UASG 158151**

IFRR	20	6	2	2	40	2	
IFRS	30	9	3	3	60	3	
IFS	30	9	3	3	60	3	
IFSC	30	9	3	3	60	3	
IF SERTÃO PE	30	9	3	3	60	3	
IFSP	30	9	3	3	60	3	
IF SUDESTE MG	30	9	3	3	60	3	
IFSUL	30	9	3	3	60	3	
IF SUL DEMINAS	30	9	3	3	60	3	
IFTM	30	9	3	3	60	3	
IFTO	30	9	3	3	60	3	
Total Resultado	1130	339	113	113	2260	113	01

**4.2 As entregas poderão ser fracionadas a critério de cada órgão.**

## **5 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

**5.1** As entregas deverão realizadas nos

**5.2** O prazo de entrega dos bens é de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa (*única ou parcelada*), em qualquer Reitoria, Centro de Referência, Polo ou Campus de Instituto Federal da Região na qual o fornecedor ofertou proposta.

**5.3** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**5.4** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.5** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**5.6** Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO**  
**REITORIA**  
**UASG 158151**

**5.7** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**6.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**6.3** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**6.4** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

**6.5** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**6.6** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1** A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**7.2** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

**7.3** Entregar o material/equipamento acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**7.4** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**7.5** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**7.6** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO**  
**REITORIA**  
**UASG 158151**

da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**7.7** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**7.8** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **8 DA SUBCONTRATAÇÃO**

**8.1** Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **9 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**9.1** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**10.1** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**10.2** O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

**10.3** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.4** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO**  
**REITORIA**  
**UASG 158151**

## **11 DO PAGAMENTO**

**11.1** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

**11.2** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.3** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**11.4** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.5** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**11.6** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**11.7** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.8** Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**11.9** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**11.10** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO**  
**REITORIA**  
**UASG 158151**

de 26 de abril de 2018.

**11.11** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**11.12** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

**11.13** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

**11.14** Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**11.15** Além do disposto acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.

**11.16** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**11.17** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**11.18** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

REITORIA

UASG 158151

$I = (TX)$	$I =$	$(6 / 100) / 365$	$I = 0,00016438$ $TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$
------------	-------	-------------------	--

## 12 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

**12.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois o pagamento está diretamente relacionado a entrega dos bens.

## 13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal.

**13.2** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- Multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- Multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

REITORIA

UASG 158151

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**13.3** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência.

**13.4** As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**13.5** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.6** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**13.7** Não correrão os prazos processuais em desfavor da CONTRATADA em processo administrativo para aplicação das sanções deste item enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, nos termos do art. 6º-C da Lei nº 13.979/20.

**13.8** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**13.9** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.10** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**13.11** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.12** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO**

**REITORIA**

**UASG 158151**

apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**13.13** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**13.14** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**13.15** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**14 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

**14.1** Os preços estimados foram apurados em pesquisa com preços praticados em órgãos públicos e sites especializados.

Wagner Poltroniere Entringer

Renato Benezath Cabelino Ribeiro

Dennis Cazeli Ferreira